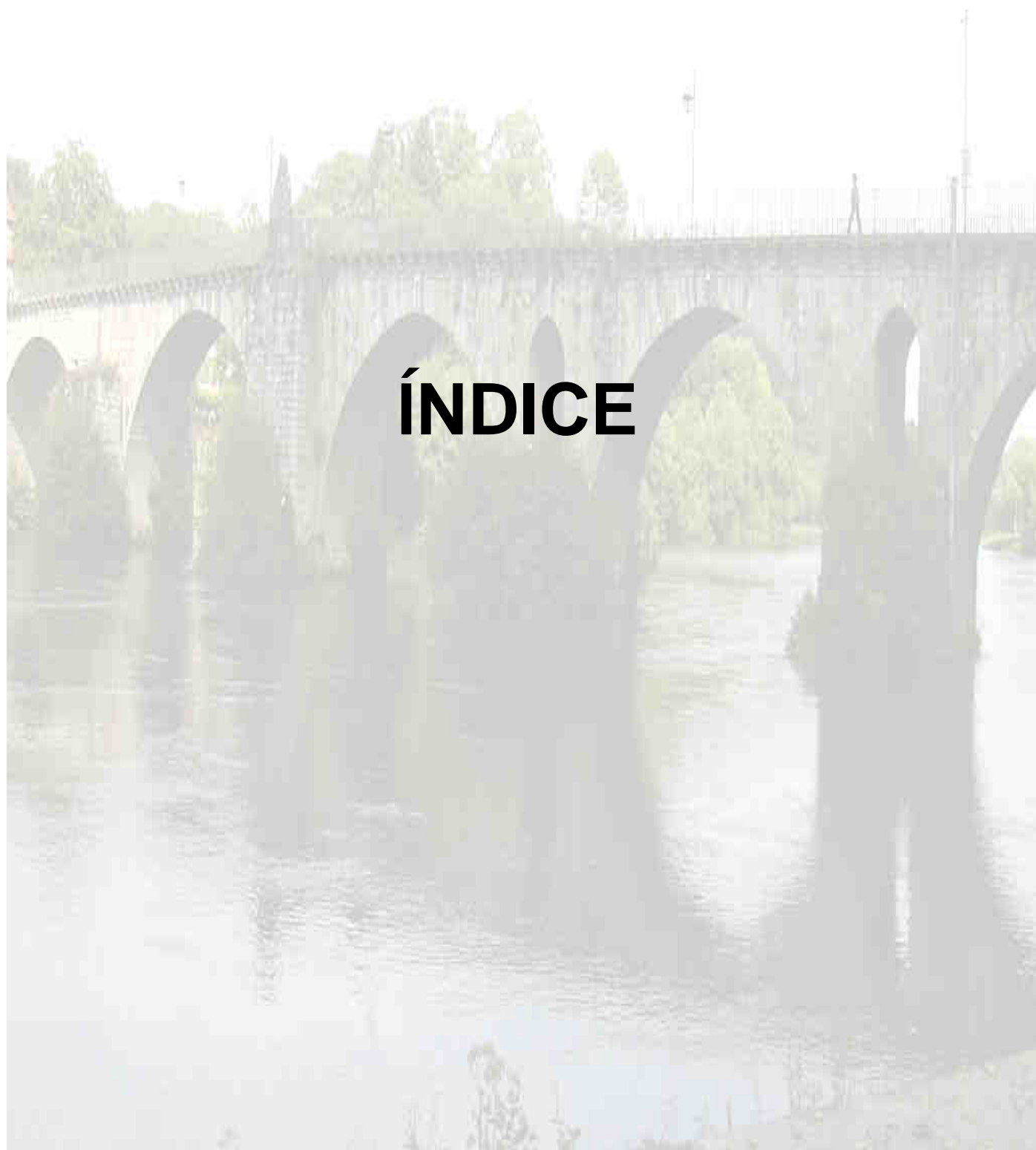


“Se deres um peixe a um homem
matas-lhe a fome uma vez,
se o ensinares a pescar,
pescará toda a vida.”

Confucius



ÍNDICE

I – Introdução	P.6
II - Metodologia	P.10
III - Enquadramento /Caracterização do concelho	P.12
IV– Problemáticas	
Problemática I: Acessibilidades Sociais	P.22
• Equipamentos Sociais	
• Distribuição População do Concelho	
• Os idosos	
• As crianças	
• Os jovens	
• O problema da deficiência	
Problemática II: Educação/Formação	P.29
• As escolas e a população abrangida	
• Ensino Recorrente	
• PIEF (Plano Integrado de Educação e Formação	
• Insucesso e Abandono Escolar	
Problemática III: Empregabilidade/Fixação dos Jovens	
/Criação de Emprego	P.40
• Caracterização da População Activa	
• Caracterização da População Desempregada	

Problemática IV: Estilos de Vida Saudáveis

P. 48

- Saúde – patologias
 - factores de risco
 - hábitos de vida saudáveis

V – Conclusões/Desafios de Intervenção

P.55

VI – Bibliografia

P.58

VII – Anexos

P.60

I INTRODUÇÃO

A melhoria das condições de vida e de integração dos grupos sociais mais atingidos pela pobreza e exclusão social é, na actualidade, uma das grandes preocupações, tanto dos estados Membros da União Europeia e dos Governos dos respectivos países, como das organizações locais (Autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outras).

Definem-se objectivos, políticas e estratégias com o intuito de diminuir a pobreza e a exclusão social. No entanto, a falta de condições e o aumento de, cada vez mais, diversas vertentes da problemática da pobreza continuam a ocorrer. Portanto, e considerando esta uma etapa indispensável para se pensar qualquer intervenção a nível concelhio, e no seguimento do trabalho elaborado previamente (Pré-Diagnóstico), elaborou-se o **Diagnóstico Social do concelho** no âmbito do Programa **Rede Social**.

O Diagnóstico Social “consiste no conjunto de procedimentos através do quais se tenta estabelecer a natureza e magnitude das necessidades e problemas, assim como de potencialidades de uma realidade social que é motivo de estudo ou investigação. Comporta, também, a determinação dos recursos disponíveis e das potencialidades e tem por finalidade servir de base para acção (projecto ou programa de intervenção) e para fundamentar estratégias conforme as necessidades e aspirações manifestadas pelos interessados, directamente, ou através das suas organizações ou associações. Implica, por isso, a participação em todo o processo da população envolvida. Constitui um processo dinâmico em permanente construção, que não se deve limitar a descrever situações, mas encontrar a explicação das causas sustentada num enquadramento teórico, interpretativo da totalidade”.¹

Deste modo, o Diagnóstico tem como finalidade promover a iniciação de um percurso de planeamento da intervenção com base num conhecimento alargado e multidimensional da realidade do concelho. Pretende-se uma hierarquização dos problemas assinalados e a definição de prioridades de intervenção.

¹ Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Diagnóstico Social, p.82;

Assim, pode-se dizer que o Diagnóstico Social é o conhecimento alargado do meio social, onde se identificam as vulnerabilidades, mas também as potencialidades/recursos do meio de intervenção, de uma forma permanente e sistemática, e seguindo uma lógica de transversalidade.

O Diagnóstico e, posteriormente, o Plano de Desenvolvimento Social, orientam-se em torno de algumas questões consideradas de maior interesse para o desenvolvimento social do concelho.

Depois de concluído e aprovado o Pré-Diagnóstico avançou-se para a preparação da elaboração do Diagnóstico Social. Foi realizada uma Sessão de Trabalho (*Workshop*) com os parceiros do CLAS. Identificados, então, os problemas mais prementes do concelho, foram agrupados por 4 grandes áreas: Acessibilidades Sociais, Educação/Formação, Empregabilidade/Fixação dos Jovens/Criação de Emprego e Estilos de Vida Saudáveis.

O presente relatório constitui um primeiro contributo para o planeamento de infra-estruturas sociais no concelho de Ponte da Barca, definindo prioridades para a sua implementação, com suporte em indicadores demográficos e factores sociais e económicos, que tornam visíveis, entre outros, tendências de envelhecimento e de isolamento geográfico de certas zonas, volume de urbanização na sede do concelho e nas freguesias limítrofes, movimentos migratórios – por dificuldade de fixação das camadas mais jovens e em idade activa - que se traduzem em dificuldades de desenvolvimento económico.

Deseja-se que se fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis.

Da Rede Social espera-se um contributo decisivo para a consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, para a activação dos meios e agentes de

resposta, para as inovações recomendáveis nos modos de acção, e ainda, para a promoção do desenvolvimento social local.



II

METODOLOGIA

A estrutura do Diagnóstico do concelho foi organizada de acordo com quatro grandes problemáticas, contendo, cada uma delas, um conjunto de problemas. Os problemas que deram origem às problemáticas foram apontados por um grupo de trabalho representativo dos parceiros do CLAS de Ponte da Barca.

Os métodos de recolha de informação passaram pela entrevista informal e não estruturada, pela conversa com agentes/informadores privilegiados de cada freguesia, análise documental e discussão focalizada. Todo este material foi completado com outro tipo de dados, nomeadamente, dados secundários como registos, documentos legislativos, dados do INE, exploração bibliográfica, estudos anteriores, entre outros.

Foi também elaborado um inquérito para aplicação à população idosa dependente, sendo esta seleccionada através do conhecimento *in loco* dos Presidentes de Junta e dos Párocos.

O objectivo do Diagnóstico Social é definir prioridades de intervenção com base na informação recolhida e tornar estas prioridades exequíveis através do Plano de Desenvolvimento Social e dos sucessivos Planos de Acção.

The background image shows a stone monument with a tall, slender spire topped with a sphere, situated in a courtyard. The courtyard is enclosed by a white wall with a series of arches supported by columns. The ground is paved with stone tiles. The overall scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

III ENQUADRAMENTO/ CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

Ponte da Barca é um dos 10 concelhos que constituem o distrito de Viana do Castelo, da denominada Ribeira Lima, abrange uma área de 182,2 Km², desigualmente distribuídos por 25 freguesias, com uma população residente (em 2001) de 12909 habitantes, distribuídos por 6.940 alojamentos. A densidade populacional de 69.8 hab./km². Estas freguesias dividem-se, geograficamente, em 3 áreas: uma de montanha com paisagens agrestes que abrange a zona nascente do concelho, outra engloba as freguesias ribeirinhas ocidentais do concelho, e, por fim, as freguesias situadas a sul do concelho. Essa desigualdade está relacionada com as características orográficas da região, onde contrastam as zonas férteis ribeirinhas do Vale do Lima e do Vade e as zonas de montanha da Serra Amarela.

É um concelho eminentemente rural, sendo o sector de actividade predominante o terciário, registando-se um aumento do sector secundário, graças à forte expansão do ramo da construção civil durante as 3 últimas décadas. As actividades económicas são pouco diversificadas, sendo a população activa igualmente pouco qualificada.

Da análise efectuada no pré-diagnóstico, tendo por base indicadores demográficos e factores económicos e sociais, torna-se visível o acentuado envelhecimento da população, aliado a uma quebra populacional na ordem dos 1.8% na última década, bem como uma reduzida taxa de natalidade e um crescimento natural negativo.

Segundo os Censos de 2001, a população residente apresenta uma elevada taxa de envelhecimento, devido, também, às grandes correntes de migração que deixaram o concelho desertificado de população em idade activa. Ainda, segundo a mesma fonte, cerca de 21% da população tem 65 ou mais anos de idade, sendo um grupo bastante problemático e fragilizado, portador de carências aos mais variados níveis.

Simultaneamente, verifica-se um isolamento geográfico de algumas zonas e uma concentração urbanística na sede do concelho e nas freguesias limítrofes.

A persistência de fenómenos de pobreza e exclusão social atingem segmentos significativos da população, em que a habitação degradada (bairros barracas) emerge do processo de crescimento urbano, da migração e da escassez da oferta de habitação a custos controlados, inviabilizando o alojamento condigno.

A qualidade da habitação assume-se como um dos problemas mais importantes a ter em conta na promoção de estilos de vida saudáveis, pelo reflexo que tem na qualidade de vida das populações, tanto pela precariedade dos espaços físicos, como pelos problemas sociais que suscita.

Com efeito, a precariedade das condições de alojamento, está, a maior parte das vezes, intrinsecamente associada ao desemprego, à desqualificação profissional, cada vez mais relacionada com a marginalidade e com a exclusão social. Quando existem más condições de habitabilidade, a vulnerabilidade face à doença aumenta, como também aumenta o risco de insucesso e abandono escolar, de alcoolismo, de desemprego, etc.

A habitação condigna é fundamental para a construção de projectos de vida integradores, para a construção de identidades positivas e para se ser socialmente aceite, porque ao alojamento subjaz o enquadramento económico, relacional e cultural da vida dos indivíduos.

As más condições habitacionais podem surgir como consequência de situações de pobreza. No entanto, podem estar também na origem de tensões psicológicas e de insegurança, que podem desencadear rupturas familiares e a perda de emprego, gerando, assim, uma situação de privação por falta de recursos (pobreza). De facto, as pessoas sem condições mínimas de habitabilidade, sentem-se incapazes (ou impossibilitadas) de acederem aos domínios de integração básicos, a nível social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas.

Por conseguinte, na problemática da habitação, o que parece falhar é o *domínio de integração territorial*. Isto porque a pobreza e a exclusão, por vezes, não se encontram circunscritas apenas a algumas pessoas e famílias, mas a todo um território, nomeadamente os bairros sociais degradados e certas freguesias predominantemente rurais. Nestes casos, “simples” melhorias e intervenções habitacionais, constituem medidas pouco solucionadoras. Ou seja, só quando forem tomadas medidas no sentido de promover o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades e das actividades económicas, é que os resultados poderão apresentar-se mais positivos e duradouros.

Perante uma situação de ausência das condições mínimas de conforto e habitabilidade, normalmente associadas a baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e baixos rendimentos provenientes do trabalho, as pessoas sentem-se incapazes de planear o seu próprio futuro e o dos filhos, preocupando-se mais com questões imediatas, como os meios capazes (nem sempre formais/legais) de assegurar a sobrevivência do agregado. Neste quadro de existência, as questões relacionadas com o planeamento familiar e escolaridade dos filhos são postas um pouco à margem, pelo que, estes agregados desenvolvem um estilo de vida próprio, que os identifica e marginaliza perante a sociedade em geral.

Os pedidos junto da Segurança Social e junto do Gabinete de Acção Social da autarquia são frequentes. A área habitacional é, com frequência, abrangida no âmbito dos programas de inserção do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e Rendimento Social de Inserção (RSI).

Relativamente à caracterização do estado da habitação podemos constatar que dos edifícios existentes, 41,4% precisam de reparação e 2,56% estão em estado muito degradado.

2518	Com necessidade de Reparação
3412	Sem necessidade de Reparação
156	Muito Degradado
6086	TOTAL EDIFÍCIOS

Fonte: INE, Censos 2001 – Dados Definitivos

Relativamente aos indicadores de ocupação, podemos afirmar que a situação é bastante satisfatória, como verificamos na tabela seguinte.

INDICADORES DE OCUPAÇÃO			
Média de Divisões por Alojamento	Média de Famílias por Alojamento	Média de Pessoas por Alojamento	Média de Pessoas por Divisões
5	1	3	1

Fonte: INE, Censos 2001 – Resultados Definitivos

Regista-se um número considerável de habitações sem água e sem condições sanitárias com a conseqüente falta de higiene e problemas de saúde.

	Com água canalizada no alojamento		Com água canalizada fora do alojamento mas no edifício	Instalações de banho ou duche	
	Proveniente da rede pública	Proveniente de rede particular		Com instalações de banho ou duche	Sem instalações de banho ou duche
Alojamentos	2 819	1 184	35	3 502	782
Pessoas Residentes	8 292	3 870	78	10 835	1 975

Fonte: INE, Censos 2001 – Resultados Definitivos

O número crescente de emigrantes que vão à procura de respostas para um plano de vida integrado que não encontram no concelho, explica o número de habitações vagas ou de uso sazonal.

No concelho existem 3 bairros sociais que albergam 118 agregados, com cerca de 358 indivíduos.

Estes bairros, situados na sede do concelho, permitem solucionar alguns problemas das famílias mais carenciadas e desfavorecidas. As causas para a procura deste tipo de habitação passam, normalmente, pelos baixos rendimentos familiares, falta de actividade profissional, impossibilidade de encontrar uma habitação de outro género acessível às suas possibilidades, falta de vontade aliada ao hábito de recorrer aos subsídios existentes, entre outras.

Os Bairros Sociais são elementos chave na política habitacional. No entanto, podem surgir comportamentos problemáticos porque se encontram famílias carenciadas no mesmo conjunto habitacional, podendo originar um meio de pobreza. A convivência diária nos meios pobres poderá originar uma interiorização do estatuto de pobre e uma tentativa de evasão desse meio através de comportamentos desviantes. A reprodução da pobreza tem tendência a evidenciar-se se estes bairros não forem correctamente acompanhados.

A erradicação da pobreza, que acaba por atingir com diferentes graus de intensidade estes actores sociais, não é um fenómeno simples e não passa só pelo apoio monetário estatal, mas sim por uma intervenção na cultura dominante. Este processo é moroso e complexo porque a interiorização de um modo de vida é difícil de ser alterada.

Constatamos que a procura de fogos de habitação social é massiva, mesmo quando informados que todos os fogos existentes já estão distribuídos. Os utentes preferem recorrer à habitação social, mesmo que os custos destas habitações sejam consideráveis, do que procurar outra habitação, muitas vezes a custos mais acessíveis. Verifica-se muito a dependência em relação aos subsídios e a falta de motivação, vontade e autonomia.

Para além dos fogos sociais o concelho dispõe, para colmatar a procura/degradação da habitação, do programa **Solarh** (Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação da Habitação) que se destina a financiar

a realização de obras de conservação e beneficiação de habitações através de empréstimos, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação (INH).

O tipo de famílias vai de encontro à zona rural que caracteriza o concelho, maioritariamente nucleares, destacando-se um número considerável de famílias sem núcleo, isoladas.

A falta de dinamismo profissional e de empreendedorismo resulta numa redução ou quase inexistência de oportunidades de emprego que leva a movimentos migratórios acentuados por dificuldades de fixação das camadas mais jovens em idade activa que, por sua vez, se traduz em baixo desenvolvimento económico.

A percentagem de mulheres desempregadas, inscritas no Centro de Emprego, com idades acima dos 50 anos tem vindo a aumentar ao longo dos últimos 5 anos, o que não se verificava antes, e que pode indicar algumas fracturas no modo de vida tradicional, nas estruturas familiares de suporte comunitário às pessoas com mais carência.

Se, por um lado, se regista uma taxa de analfabetismo elevada, na ordem dos 16.7%, bem como uma percentagem significativa de habitantes com níveis de escolaridade muito baixos, por outro, existe uma percentagem considerável de desempregados com 12 ou mais anos de escolaridade (21% em 2002) - licenciados da via ensino ou estudantes com o 12º ano - cuja formação e qualificação técnicas não se ajustam às necessidades do mercado de trabalho.

A par da falta de articulação entre o sistema de ensino existente e as necessidades do mercado de trabalho, regista-se uma tendência crescente de abandono escolar. A tendência é abandonar a escola depois da escolaridade obrigatória. Contudo, ainda há um número significativo de alunos que abandona a escola sem obter o diploma do ensino básico e mesmo sem o certificado.

O número de reformados e o número de indivíduos a cargo da família totaliza mais de 50% da população do concelho, o que traduz uma taxa de dependência elevada. Se considerarmos o número de indivíduos portadores de deficiência e os grupos mais vulneráveis, afectados por problemas de toxicodependência, alcoolismo e outras situações de compensação desviantes, o concelho depara-se com a notória falta de infra-estruturas sociais capazes de responder às necessidades.

A nível de indicadores de saúde, o concelho apresenta um conjunto de patologias que resultam de hábitos/estilos de vida pouco saudáveis, nomeadamente ao nível da alimentação, do sedentarismo, alcoolismo e tabagismo. Não há uma cultura de desporto consistente, aliada à escassez de infra-estruturas desportivas e de lazer na maior parte das freguesias.

Factores económicos e sociais, aliados a dinâmicas locais fortemente enraizadas, inibem o desenvolvimento sustentado do concelho que carece de políticas concertadas no domínio da formação, da criação de emprego, do apoio aos jovens e aos idosos, numa dinâmica participada capaz de congregar o esforço das instituições para a resolução dos problemas identificados.



IV PROBLEMÁTICAS

PROBLEMÁTICA I

ACESSIBILIDADES SOCIAIS

Entendemos por **Acessibilidades Sociais** todos os Equipamentos/Infra-estruturas existentes no concelho capazes de dar resposta às solicitações e necessidades sociais dos habitantes.

Na sequência da sessão de trabalho realizada pelos parceiros do CLAS, elencamos algumas infra-estruturas/equipamentos para os quais se verifica alguma escassez face às necessidades diagnosticadas, nomeadamente, equipamentos para crianças/jovens, famílias de acolhimento, ATL's (Actividades de Tempos Livres) nas freguesias e equipamentos para idosos, nomeadamente, lares, espaços de convívio e lazer, animação.

No que se refere aos equipamentos já existentes e com relevância no domínio do apoio social, procuramos, no quadro seguinte, dar conta das suas valências e formas de estar em termos de intervenção social.

Equipamentos Sociais do Concelho

ENTIDADE	VALÊNCIA	LOTAÇÃO ACTUAL	CAPACIDADE	LISTA DE ESPERA
Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca	* Lar	80	80	70
	* Lar Acamados	25	25	20
	* Internamento de doentes agudos		10	
	* Jardim-de-Infância	100	100	20
	* Creche	45	45	20
	* A.T.L	50	50	15
	* Universidade Sénior	70	Ilimitada	
	* Espaço Multiactivo	Dirigido à comunidade em geral		

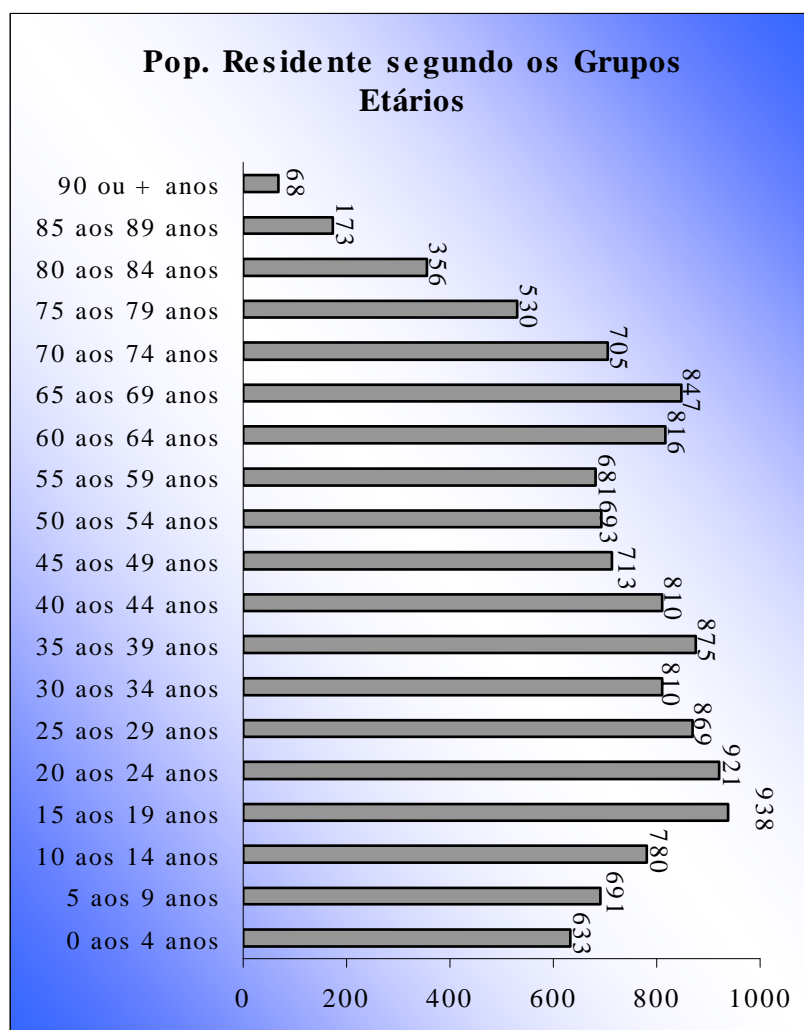
	* Apoio Domiciliário	33	12	18
Centro Social de Entre Ambos-os-Rios	* Apoio Domiciliário	30	50	5 (Limpezas)
	* Centro de Dia	25		0
	* Refeitório	25 (mesmos do Centro de Dia) 12 crianças		0
	* Educação/Formação	Geriatria 14		
Centro Social de Lavradas	* Centro de Dia	24	30	0
	* Apoio Domiciliário	28	21	0
	* Refeitório	26	30	0
Associação Social e Cultural de Britelo	* Apoio Domiciliário	12	25	0
	* Centro de Dia	Ainda não está em funcionamento		
	* Refeitório	5	20	0
APPACDM	* Centro de Actividades Ocupacionais	26	26	2
Creche B-A-Bá	* Creche	23	34	10

Fonte: Vários parceiros do CLAS

Dos serviços acima elencados ainda não está em funcionamento o centro de dia da Associação Social e Cultural de Britelo.

Estas necessidades são sustentadas por um diagnóstico da população do concelho cuja distribuição pelos grupos etários podemos ver no gráfico seguinte:

Pirâmide Etária do Concelho²



Fonte: INE, Censos 2001 – Dados Definitivos

Como podemos verificar pelo gráfico anterior, o envelhecimento da população converte o grupo da terceira idade num objectivo prioritário das políticas sociais municipais. É necessário tomar consciência das características especiais que a camada populacional mais idosa detém, de forma a promover a integração destas pessoas dentro da comunidade da qual fazem parte e contribuir para o aumento da sua qualidade de vida.

² Em Anexo Pirâmide Etária por Freguesias.

A **População Idosa** do concelho atingiu, em 2001, 21% do total da população do concelho, 7% superior à média da Região Norte. Deste grupo, a população em situação de independência económica vive, essencialmente, do trabalho agrícola, do rendimento de bens e de pensões, enquanto que a população em situação de dependência se encontra, maioritariamente, a cargo de familiares. As pensões de reforma são, no grupo dos mais idosos (com mais de 75 anos) o principal meio de vida, sendo de salientar a grande afluência destes aos serviços de acção social. Em causa está a incapacidade para garantirem a satisfação das despesas de saúde, sobretudo quando vivem sós, ou isolados, por força do abandono dos mais jovens (filhos e outros descendentes) do lugar onde vivem.

Verifica-se um crescimento de equipamentos para esta faixa da população, contudo ainda há muito a fazer. Vejamos, existem quatro instituições que cobrem, em termos de Centro de Dia, 6 freguesias. Relativamente ao Apoio Domiciliário este já vai sendo alargado a outras freguesias, no entanto é, ainda, insuficiente face à procura.

O Apoio Domiciliário e os Centros de Dia evitam, na maioria dos casos, a completa separação entre o idoso e o espaço físico e social com que se identifica, o que constitui uma mais valia no apoio a esta população.

É pois urgente que o concelho responda às necessidades dos mais velhos, criando estruturas que os acolham e que levem em linha de conta as suas necessidades específicas às quais se deve conceder especial atenção, através da criação de respostas adequadas. Para além deste apoio, convém evitar que os idosos, no seu isolamento, entrem numa espécie de “morte social”, consequência da quebra de laços, da falta de comunicação, da perda de papéis sociais e do esbatimento da sua própria identidade.

O aumento do número dos cidadãos com mais de 65 anos será acompanhado por uma procura crescente dos níveis de consumo de serviços de saúde. As situações de invalidez e dependência prolongada terão consequências ao nível da taxa de actividade.

As respostas nesta área têm extrema importância à semelhança das respostas na área da infância e juventude que constituem um apoio à família, porque libertam mais elementos do núcleo familiar para o mercado de trabalho e, em consequência, promovem um aumento dos rendimentos. Por outro lado, o apoio aos idosos diminui o seu isolamento e cria alternativas seguras dentro da própria comunidade.

Da análise dos elementos até agora registados é visível a existência de grupos populacionais com falta de apoio, nomeadamente as **crianças**, existindo no concelho apenas duas creches (68 crianças) sitas na sede do concelho. Podemos contar com 1 Jardim-de-Infância privado (100 crianças) e sete públicos (156 crianças).

Relativamente aos **jovens** a partir dos 12 anos e à possibilidade de ocupação dos tempos livres, estes podem optar entre a biblioteca municipal e itinerante, as piscinas municipais, o pavilhão municipal as escolas de ballet e música, o envolvimento em actividades das associações do concelho e, futuramente, o espaço Internet.

Na área da **deficiência**, a resposta no concelho passa pela APPACDM (**A**ssociação **P**ortuguesa de **P**aís e **A**migos do **C**idadão com **D**eficiência **M**ental) que acolhe 26 indivíduos, sendo alguns de outros concelho. No entanto, a prioridade da instituição são os cidadãos do concelho.

Como podemos verificar na tabela seguinte, 7.22% dos indivíduos são portadores de deficiências e, conseqüentemente, com necessidade de apoio e acompanhamento aos mais diversos níveis: essas necessidades fazem-se sentir no apoio às famílias com deficientes a cargo, muitas vezes impotentes porque sem preparação, emocional e prática, para lidar com este tipo de problemática. Por outro lado, ao nível do próprio deficiente, quando indevidamente estimulado, é difícil qualquer tipo de evolução ou progresso.

Podemos, portanto, adiantar a necessidade da criação de um espaço de aconselhamento e encaminhamento às famílias que se deparem com este tipo de cenário.

População Residente com Deficiência

	Total	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência
	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM
Ponte da Barca	932	130	227	192	158	32	193

Fonte: INE, Censos 2001, Dados Definitivos

Destaca-se a existência de um grande número de freguesias sem qualquer infra-estrutura/equipamento social, situação esta que se agrava nas zonas mais isoladas de interior.

Neste contexto, os serviços de apoio às crianças e aos idosos podem ser uma solução para as solicitações e um contributo para o desenvolvimento económico, nomeadamente, através do aumento da população activa. Importa, portanto, que se implementem respostas que dêem suporte, com qualidade, às crianças/jovens e idosos, favorecendo a igualdade de oportunidades e a fixação das camadas jovens.

PROBLEMÁTICA II

EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

A educação e a formação são actualmente os principais instrumentos de identificação, de pertença, de promoção social e de desenvolvimento individual.

Entende-se por educação o processo que visa o desenvolvimento harmónico do homem nos seus aspectos intelectual, moral e físico e a sua inserção na sociedade.

A formação tem como objectivo dotar os indivíduos de instrumentos que lhes permitam uma mais fácil integração no mercado de trabalho.

A definição da Educação/Formação como uma problemática que exige uma intervenção imediata, decorre de alguns problemas-chave: o insucesso escolar, a elevada taxa de abandono escolar, as baixas habilitações escolares e profissionais e a elevada taxa de analfabetismo.

Uma intervenção coerente nesta área exige que pensemos nas diversas etapas da vida do cidadão como outras tantas etapas de actuação: na infância,

durante a qual decorre a socialização primária, é de relativa importância a integração das crianças num meio de aprendizagem e partilha.

Neste seguimento, existem no concelho 2 creches e 2 Amas legalizadas, beneficiando um total de 68 crianças, o que é claramente insuficiente.

Para as crianças em idade pré-escolar e escolar 7 freguesias têm Jardim-de-Infância (como podemos verificar na tabela seguinte) e na sede do concelho existe um ATL com capacidade para 50 crianças. Este surgiu do projecto Embarca Connosco (Prevenção Primária das Toxicodependências) e tem como principal objectivo a intervenção primária precoce, bem como proporcionar o desenvolvimento de actividades de carácter recreativo, lúdico e educativo, facilitando um acompanhamento das crianças em idades cruciais de desenvolvimento. Funciona também enquanto retaguarda familiar durante o horário de trabalho dos pais.

JARDINS-DE-INFÂNCIA PÚBLICOS

FREGUESIA	NÚCLEO	Nº. ALUNOS
Britelo	Paradamonte	20
S. Martinho Crasto	Saném	13
Lavradas	Igreja	25
Paço Vedro Magalhães	Felgueiras	25
Ponte da Barca	Ponte da Barca	25
Vila Nova Muía	Poça Nova	25
Asias	Salzedas	23
TOTAL		156

Fonte: Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, 06/09/2004

As respostas sociais dirigidas a esta população-alvo constituem um apoio fundamental às famílias, permitindo aumentar as hipóteses de inserção pelo mercado de trabalho dum maior número de elementos do agregado familiar e, conseqüentemente, aumentar também as mais-valias financeiras, a auto-estima e o reconhecimento da comunidade.

A insuficiência de respostas nesta área constitui um verdadeiro problema, limitando e condicionando muitos projectos de vida que poderiam (e deveriam) passar pela inclusão no mercado de trabalho. Esta lacuna é um dos principais obstáculos à intervenção técnica junto de algumas famílias, principalmente as beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, que às vezes utilizam para justificar a não inserção laboral.

Na realidade, a falta de serviços de acolhimento infantil, ou a escassez de espaços ATL, fomentam e alimentam o círculo vicioso em que os agregados familiares mais carenciados se encontram: não têm onde colocar os filhos, logo não podem trabalhar; estão desempregados, logo não têm dinheiro; não têm dinheiro, recorrem aos serviços e às ajudas sociais.

A rede escolar pública do concelho está distribuída da seguinte forma:

ESCOLAS DO 1.º CICLO DO CONCELHO DE PONTE DA BARCA

FREGUESIA	NÚCLEO	Nº. ALUNOS
Asias	Salzedas	22
Boivães	Burmeirães	17
Boivães	Burmeirães nº.2	4
Bravães	Mosteiro	25
Britelo	Igreja	12
Britelo	Paradamonte	8
Crasto	Saném	18
Cuide Vila Verde	Maraza	8
Entre Ambos-os-Rios	Igreja	14
Grovelas	Igreja	6
Lavradas	Igreja	18
Lavradas	Leiras	7
Lindoso	Castelo	9
Nogueira	Igreja	21
Oleiros	Veiguiinha	19
Paço Vedro Magalhães	Côto	36
Ponte da Barca	Ponte da Barca	160
Ruivos	Devesa	15
Sampriz	Portela	9
Sampriz	Ventuzelo	14
Touvedo Salvador	Igreja	11
Touvedo S. Lourenço	Groure	6
Vade S. Pedro	Sedouro	6
Vila Chã Santiago	Seixinha	9

Vila Chã S. João	Cajaneiro	16
Vila Chã S. João	Paradela	9
Vila Nova de Muía	Padim	38
TOTAL ALUNOS		549

Fonte: Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, 06/09/2004

No ano lectivo 2004/2005 foram suspensas, no concelho, 5 escolas do 1º. Ciclo, com menos de 5 alunos, sendo os alunos destas freguesias recolocados em escolas próximas da sua residência.

Ainda no mesmo ano lectivo, 47 crianças necessitam de apoios educativos especiais. Destas, 2 frequentam o pré-escolar e as restantes o 1º. Ciclo.

2º. E 3º. CICLOS DA ESCOLA DIOGO BERNARDES

CICLOS	ANO	Nº. TURMAS	Nº. ALUNOS
2º.	5º. Ano	7	166
	6º. Ano	7	169
3º.	7º. Ano	2	48
	8º. Ano	2	47
	9º. Ano	5	99
TOTAL			529

Fonte: Agrupamento de Escolas do Lima

O sistema de ensino do concelho consegue proporcionar respostas ao nível do ensino regular. Porém, essas respostas não são, muitas vezes, adequadas, quer às expectativas dos alunos, quer ao mercado de trabalho do concelho. No entanto, têm sido criadas ofertas de flexibilização curricular.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DA BARCA POPULAÇÃO ESCOLAR – ANO LECTIVO 2004/2005

No ano lectivo em curso, a Escola Secundária, além das respostas do ensino regular, proporciona, e à semelhança de anos anteriores, cursos de Educação/Formação. Pretende-se, com estas alternativas, adequar as habilitações dos indivíduos o mais possível à realidade local e prepará-los para um mundo de trabalho

<i>Ano lectivo: 2004/2005</i>	N.º de Alunos	N.º de Turmas
7º Ano	96	4
8º Ano	93	5
9º Ano	61	3
Total (7º, 8º e 9º)	250	12
Curso de Assistente Administrativo	15	1
Curso de Jardinagem e Espaços Verdes	11	1
Curso de Electricista de Instalações	14	1
Total (Cursos: Desp. 279/02 e 453/2004)	40	3
Total Ensino Básico	290	15
10º Ano	87	5
11º Ano	70	4
12º Ano	74	5
Total do Ensino Secundário	231	14
Total da Escola	521	29

através de uma componente mais prática. Está a decorrer a 2ª. fase do Curso de Assistente Administrativo, com 15 alunos e foram iniciados dois novos percursos formativos: o Curso de Jardinagem, com 11 alunos e o Curso de Electricista de Instalações, com 13 alunos.

Ao nível do Ensino Secundário, a rede escolar oferece 3 cursos científico-humanísticos orientados para a prossecução dos estudos: ciências e tecnologias, ciências sócio-económicas e ciências sociais e humanas. Oferece ainda o curso Tecnológico de Acção Social (a funcionar neste ano lectivo) e reúne condições para proporcionar o de Desporto.

A Escola Profissional do Alto Lima oferece alternativas ao ensino regular, com cursos vocacionados para o mercado de trabalho e com equivalência escolar ao nível do 9º ano (cursos de nível II), e 12º ano (cursos de nível III). Estes são tutelados pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e pela DREN (Direcção Regional de Educação do Norte). Proporciona também, este ano lectivo, um curso de nível IV.

Cursos de Nível III (Sistema de Aprendizagem - IEFP)

CURSO	MINISTRADO EM:	Nº. FORMANDOS	POR CONCELHO
Técnico de Informática	Ponte da Barca	13 6	P. Barca A. Valdevez
Técnico de Gás	Ponte da Barca	10 4 1 1	A. Valdevez P. Barca Vila Verde P. Coura

Fonte: Escola Profissional do Alto Lima

A Formação Profissional assume-se, claramente, como um vector estratégico de suporte ao desenvolvimento do concelho, desempenhando um papel fundamental, quer a nível do desenvolvimento pessoal, quer como forma de apoio à iniciativa.

CURSOS DE NÍVEL II – ARCOS DE VALDEVEZ

CURSO	ANO
Operador de Informática	2º.

CURSOS DE NÍVEL II – PONTE DA BARCA

CURSO	ANO
Téc. Mesa/Bar	1º.
Téc. Electricista de Instalações	1º.

CURSOS DE NÍVEL III – PONTE DA BARCA

CURSO	ANO
Téc. Informática/Manutenção de Equipamentos	1º.
Téc. Serviços C. P. Regional	1º.
Animador sociocultural	1º.
Téc. Electrónica	3º.
Téc. Instalações Eléctricas	2º.

CURSOS DE NÍVEL III – ARCOS DE VALDEVEZ	
CURSO	ANO
Téc. Turismo	1º.
Téc. Cozinha	1º.
Construção Civil	1º.
BAD	1º.
Animador Sociocultural/Geriatria	3º.
Téc. Hotelaria	3º.
Desenhador projectista	2º.
Téc. Higiene e Segurança no Ambiente	2º.
Téc. Informática/Gestão	2º.
Téc. Serviços Comerciais/Vendas	2º.

CURSOS DE NÍVEL IV – ARCOS DE VALDEVEZ NOCTURNO	
CURSO	ANO
CET – Aplicações Informáticas	1º.

Apesar dos esforços que se vêm a desenvolver a nível da Educação/Formação, continuam a subsistir alguns aspectos que influenciam os resultados. Podemos destacar o baixo nível de educação/qualificação da população em idade activa, a fraca motivação para a aprendizagem, a existência de uma cultura familiar e social que não valoriza a escola e a formação, a falta de respostas adequadas ao nível de equipamentos sociais de apoio à família, assim como a falta de transportes com horários alargados e que abranjam toda a área do concelho.

As acções de combate ao analfabetismo, nomeadamente através do **Ensino Recorrente**, têm-se revelado de difícil implementação na medida em que a motivação da população é muito diminuta, por razões que se prendem com a

desvalorização do saber, com a falta de disponibilidade para a frequência e pela escassez de transportes diários em algumas freguesias do concelho.

O problema da perpetuação do analfabetismo é ainda agravado pela escassez de outro tipo de alternativas, mais ligadas à formação profissional e com uma componente eminentemente prática.

Sobressai a elevada taxa de abandono escolar, com incidência no abandono escolar precoce. A análise quantitativa do pré-diagnóstico permite-nos ver a tendência para o abandono escolar antes ou logo após a escolaridade obrigatória. A nível da CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) verifica-se que dos 27 novos casos (2004), 18 são de abandono escolar, ou seja, o equivalente a 66,7%, das situações sinalizadas, o que é preocupante.

As respostas para este problema estão a ser concretizadas, nomeadamente, a nível do PETI (Plano para a Eliminação do Trabalho Infantil), através do programa PIEF (Plano Integrado de Educação e Formação). Estão a ser dados os passos finais para a iniciação de duas turmas no concelho, para conclusão do 6º e 9º ano.

Das entrevistas feitas aos jovens em situação de abandono escolar, podemos constatar que várias são as razões que podem levar um número significativo de alunos do ensino básico a abandonar a escola: o rendimento económico das famílias influencia, em grande medida, a prossecução dos estudos, sendo das famílias de mais baixos rendimentos que provém a esmagadora maioria dos alunos que abandonaram a escola; a distância de casa à escola continua a constituir um obstáculo; as dificuldades de aprendizagem; desafeição pela actividade de estudo; desvalorização dos conhecimentos/vivências quotidianas dos alunos pela escola; falta de adequação do tipo de formação à realidade destes meios sociais.

Por último, não podemos descurar que muitas famílias vêem os filhos como uma mais-valia económica de ajuda no agregado familiar e, por isso, incentivam o abandono da escola e a integração no mercado de trabalho. Na

escola convergem os problemas do meio. Através dos educandos estão representadas as famílias.

O insucesso e o abandono escolares são uma realidade do concelho que preocupa professores, pais e todos aqueles que actuam diariamente junto destas crianças/jovens e respectivas famílias e que trabalham nesta área. Estas problemáticas constituem, normalmente, a parte visível duma situação mais vasta e complexa que atinge crianças e jovens em ruptura declarada, escondendo, quase invariavelmente, famílias disfuncionais, a viverem fenómenos de exclusão e que não valorizam a escola. Esta desvalorização escolar remete para a própria trajectória da vida dos pais destas crianças e jovens, que desde cedo começaram a trabalhar para ajudar em casa e não equacionavam a escola como um investimento intelectual e para um melhor padrão de vida no futuro, mas sim como “concorrente” do mercado de trabalho, já que a escola não proporciona ganhos monetários imediatos, ao contrário do trabalho.

Os alunos que abandonam a escola têm tendência a inserir-se no mercado de trabalho. Sabemos que os baixos níveis de escolaridade e a desqualificação profissional, associadas a situações de trabalho precário e de não integração no mercado de trabalho, são factores de risco determinantes para a vivência de situações de pobreza e exclusão. Portanto, inverter estes fenómenos torna-se obrigatório e urgente.

Encontramo-nos perante um défice estrutural de qualificações advindo de um défice de instrução. Alguns indivíduos tomam consciência desta correlação e tentam remediá-la através da frequência do ensino recorrente.

Cada vez mais, a preparação escolar e a aquisição de níveis escolares elevados constituem o caminho para uma maior e melhor preparação sócio-profissional. A erradicação do analfabetismo e a qualificação escolar apresentam-se como critérios de urgência para conseguir uma adaptação efectiva a uma sociedade, cada vez mais assente no progresso tecnológico e, portanto, em competências diversificadas e adaptativas.

Neste domínio, torna-se urgente redefinir a rede escolar e rever com rigor as necessidades para propor as estratégias e acções adequadas, e equacionar os recursos humanos e materiais a disponibilizar. Para o efeito, está a desenvolver-se a carta educativa intermunicipal. Ao poder central, autarquias, instituições locais e empresas cabe desenvolver uma acção concertada que articule as acções a implementar por cada uma das partes. Deste modo pretende-se que a oferta possa ser mais diversificada e complementar, diminuindo assim o abandono e insucesso escolar, respondendo também às expectativas de cada um e às solicitações do meio.

PROBLEMÁTICA III

EMPREGABILIDADE/FIXAÇÃO DOS JOVENS/CRIAÇÃO DE EMPREGO

O desenvolvimento de um concelho depende em grande escala da sua estrutura económica. Uma economia local dinâmica, geradora de emprego e de riqueza, promove igualmente o desenvolvimento social.

Em termos económicos o concelho apresenta alguns problemas estruturais, a começar pela baixa taxa de actividade (relação entre a população activa e a população total). Pelo quadro seguinte constata-se que apenas **34,69%** dos indivíduos se encontra a trabalhar, o que reflecte uma estrutura etária envelhecida.

PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 ANOS OU MAIS ANOS

	H	M	TOTAL
Rendimento Mínimo Garantido	21	115	136
Subsídios de Desemprego	65	67	132
Trabalho	2630	1848	4478
Rendimentos de Propriedade	30	27	57
Subsídios Temporário por Acidente de Trabalho	15	2	17
Outros Subsídios Temporários	8	19	27
Pensão/Reforma	1556	2145	3701
Apoio Social	16	15	31
A Cargo da Família	516	1472	1988
Outra Situação	84	154	238

TOTAL	4941	5864	10805
--------------	------	------	-------

Fonte: INE, Censos 2001 – Resultados Definitivos

A constatação anterior é reforçada pela elevada percentagem de habitantes a receber pensão ou reforma, mais de 28%.

No que se refere à distribuição da população por profissões, o quadro seguinte reflecte a estrutura educacional e qualificação da população tratada no capítulo anterior. Com efeito, no quadro é visível a predominância de operários, artífices e trabalhadores similares, seguidos dos trabalhadores não qualificados. Apenas 6,6% dos indivíduos, segundo esta distribuição, se encontra nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadro superiores de empresas. Destaca-se 14,13% da população empregada no grupo dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas.

Distribuição da População Residente Empregada por Grupos de Profissões – concelho

Grupo 0	26
Forças Armadas	
Grupo 1	294
Quadros Superiores da Adm. Pública, dirigentes	
Grupo 2	198
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	
Grupo 3	258
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	
Grupo 4	300
Pessoal Administrativos e Similares	
Grupo 5	653
Pessoal dos serviços e Vendedores	
Grupo 6	633
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	
Grupo 7	1 023
Operários, artífices e trabalhadores similares	
Grupo 8	301
Operários de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem	
Grupo 9	797
Trabalhadores não qualificados	
TOTAL	4 483

Fonte: INE, Censos 2001, Dados Definitivos

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA EMPREGADA POR ACTIVIDADE

INDICADORES	VALOR	%
População economicamente activa e empregada, CAE 0	669	15%
População economicamente activa e empregada, CAE 1 a 4	1654	37%
População economicamente activa e empregada, CAE 5 a 9	2160	48%
TOTAL	4483	100%

Fonte: INE, Dados Definitivos, 2001

População Economicamente Activa: 4 878

Legenda:

CAE 0: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura;

CAE 1 a 4: Indústrias Extractivas, Indústria Transformadora de Cortiça, Madeira e suas Obras, Fabrico de Equipamento Eléctrico e de Óptica, Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água;

CAE 5 a 9: Comércio por Grosso e a Retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal, transportes, armazenagem e comunicações, actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, administração pública, defesa e segurança social "obrigatória", outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

Na distribuição da população empregada por sectores, o terciário é predominante, claramente dominada pelo comércio por grosso e a retalho (**48%**) e pelo sector da Indústria extractiva e transformadora (37%) e com uma representatividade significativa surge o sector primário (15%). No entanto, a maior parte da actividade do sector primário corresponde ao exercício de uma agricultura de auto-consumo pouco modernizada, a funcionar, ainda, em muitos casos, como complemento do emprego, de pensões ou de remessas de emigrantes. Este tipo de agricultura encerra situações de carência ao nível de algumas famílias.

Pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região segundo a CAE – 31.12.00

	Total	A + B	C	D	E	F	G
Ponte da Barca	1 008	6	0	377	0	230	234
Minho-Lima	31.564	420	341	15.371	6	4.910	5.880
Norte	839.470	6.151	4.517	423.965	1.724	87.369	161.402
Portugal	2.446.510	39.523	13.344	840.265	18.398	240.826	539.194

H	I	J	K	L a Q
56	17	0	33	29
1.616	1.221	109	904	786
30.284	28.040	25.940	46.063	24.015
154.858	163.464	83.203	256.830	99.605

A + B: Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca;
C: Indústria extractiva;
D: Indústria Transformadora;
E: Produção e distribuição de electricidade, gás e água;
F: Construção;
G: Comércio por grosso e a retalho;
H: Alojamento e restauração;
I: Transportes, armazenagem e comunicações;
J: Bancos;
K: Actividades Imobiliárias e alugueres;
L a Q: Educação, saúde, acção social e outras actividades.

Em 1991 a taxa de desemprego no concelho de Ponte da Barca (INE) era de 4.0% e em 2001 subiu para 8.1%. Comparativamente, na Região Minho-Lima passou de 5.0% em 1991 para 6.8% em 2001. Nota-se uma subida muito mais acentuada no nosso concelho.

A caracterização da população desempregada pode ser feita através do desemprego registado no IEFP.

O ficheiro de desempregados no IEFP é constituído, maioritariamente, por mulheres (como podemos verificar no quadro seguinte). Este facto deixa transparecer a maior dificuldade que as mulheres sentem na integração no mercado de trabalho e a sua vulnerabilidade a flutuações da conjuntura económica. Pelo tipo de trabalho que procuram, os homens podem ocupar lugares que exigem maior capacidade física como a construção civil, onde ainda vai havendo alguma oferta.

Desempregados por Categoria/2002

1º. Emprego	Novo Emprego	TOTAL DE DESEMPREGADOS			Desempregados Subsidiados
		H	M	Total	
76	216	94	198		62
26,03%	73,97%	32,19%	67,81%	292	21,23%

Fonte: IEF/2002

O número e o tipo de desempregados não tem sofrido alterações nestes últimos anos. De realçar que o peso dos desempregados mais idosos tem vindo a aumentar, a par com o progressivo envelhecimento da população. É de notar o aumento do número de mulheres desempregadas com idade superior a 50 anos (11% em 2002), ligado à inserção de pessoas com Rendimento Mínimo Garantido, o que indica algumas fracturas no modo de vida tradicional e nas estruturas familiares de suporte comunitário às pessoas com mais carências.

Se por um lado a integração da mulher no mercado de trabalho permite um aumento da taxa de actividade e o aumento dos rendimentos familiares, por outro lado, não podemos esquecer que a entrada da mulher no mercado de trabalho dá azo à substituição da família alargada pela família nuclear. A família foi durante muito tempo o lugar de solidariedade entre as gerações: as crianças, uma vez tornadas adultas, tomam a seu cargo os pais idosos, tanto no plano financeiro como no afectivo. A integração da mulher no mercado de trabalho exige o desenvolvimento dos sistemas de protecção social e a criação de estruturas de acolhimento colectivas para a terceira e quarta idades e para as crianças.

Conjugando todos os factores referidos anteriormente, nomeadamente a diminuição bruta da natalidade (9,8 ‰ em 2001), crescimento natural negativo (-0,2), saldo migratório também negativo (-30) denunciando um grau de repulsão significativo e o conseqüente acréscimo populacional também negativo (-53) com indicadores de natureza económica e social, encontramos uma justificação plausível para a dificuldade de fixação das camadas mais jovens no concelho. Podemos, portanto, destacar o desajustamento entre a população activa, as possibilidades de emprego e os incentivos oferecidos para a criação de auto-emprego (baixa capacidade e poucas oportunidades para empreender actividades económicas) que não incentivam à fixação da população mais jovem.

Destaca-se ainda a concentração da actividade da população nos sectores primário, com uma agricultura familiar e de subsistência e sector terciário, actividade tradicional sem grande capacidade empregadora.

A dinâmica económica pouco diversificada, centrada basicamente no sector terciário, tende a dificultar o desenvolvimento da região e levantar alguns problemas, como a adaptação sócio-económica dos grupos socialmente desfavorecidos.

Todo o panorama económico vai reflectir-se no mercado de trabalho que, conjuntamente com outros factores, conduzem e/ou agravam a exclusão social do concelho.

Ao nível do emprego, e embora tenham sido conjugados esforços para encetar políticas de emprego adequadas à realidade do concelho, a verdade é que as fracas ofertas de trabalho, a ausência de um tecido empresarial e a pouca qualificação escolar constituem factores difíceis de contornar.

Relativamente ao desemprego pode dizer-se que este é um problema causa e consequência de muitos outros. De facto, a este nível, o concelho evidencia problemas estruturais que se perpetuam no tempo. Assim, apresenta uma taxa de desemprego elevada (6,5%), sendo um fenómeno que começa a atingir em maioria o sexo feminino. Associada a esta taxa e ao envelhecimento da população, destaca-se a reduzida taxa de actividade (34,39%). Paralelamente ao fenómeno do desemprego e à baixa taxa de actividade, verifica-se a existência de um elevado número de habitantes que têm como principal meio de vida os “subsídios sociais” (pensões, RSI, subsídio de desemprego, etc.) reflexo da falta de ofertas de emprego, do envelhecimento da população (ao nível das pensões de velhice) que resulta num ciclo de dependência económica em relação ao estado.

Os indivíduos que pertencem a grupos sociais de condição desfavorecida e com baixos níveis de escolaridade ficam pelo acesso a empregos mal remunerados, desvalorizados, desgastantes, precários e instáveis, o que faz

avolumar nestes grupos uma maior incidência do desemprego e, em muitos casos, do desemprego prolongado. Ora, as pessoas que se encontram nestas situações vão acumulando um conjunto de desvalorizações sociais, inclusive com prejuízos para a saúde, que faz com que mais dificilmente voltem a integrar-se no mercado de trabalho e, conseqüentemente, é normal que as situações de pobreza e/ou exclusão social persistam e se agravem.

Do emprego depende não só a sobrevivência dos indivíduos e das suas famílias, mas também as probabilidades destes actores sociais, em articulação com outros meios e medidas sociais, se projectarem para outros possíveis e prováveis futuros, capazes de inverterem a sua condição social de existência. Mais, não podemos esquecer que a participação no mercado de trabalho é um dos principais indicadores de inclusão social.

A falta de rendimentos pode restringir as redes sociais e resultar em isolamento social; pode quebrar os laços sociais que unem o indivíduo ao mundo que o rodeia. É necessária a criação de formas de inclusão que substituam as relações baseadas no trabalho, tentando deste modo promover a revitalização dos tecidos sociais nos contextos territoriais onde se encontram as pessoas.

PROBLEMÁTICA IV

ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

O nível de desenvolvimento sócio-económico e a promoção de estilos de vida saudáveis relacionam-se intimamente com as condições de saúde de uma população, que, por seu lado, dependem da qualidade e eficiência dos serviços de saúde, bem como da sua acessibilidade e humanização.

A análise das principais causas de mortalidade no concelho permite destacar como primeira causa os acidentes vasculares cerebrais que em 2000 representavam uma taxa da mortalidade específica de 487‰ enquanto a taxa distrital era de 300‰. Esta diferença pode ser parcialmente explicada pelo facto da população do concelho ser mais idosa que a população do distrito – 21 contra 20%.

A segunda causa de morte no ano em apreciação era representada pelos tumores malignos com 224‰, enquanto no distrito se situava em 244‰.

Taxa de Mortalidade de Ponte da Barca

	1999	2000
AVC	408‰	487‰
T. MALIGNOS	231‰	223‰

Fonte: Centro de Saúde de Ponte da Barca

Taxa de Mortalidade do Distrito de Viana do Castelo

	1999	2000
AVC	315,6‰	309,6‰

T. MALIGNOS	235,8‰	244,1‰
-------------	--------	--------

Fonte: INE

Embora não haja valores mais recentes pensamos que as características de mortalidade se mantiveram idênticas em 2003.

Sabe-se, actualmente, que há muitas doenças e comportamentos de risco que podem influenciar estas duas causas de morte pelo que se torna imperativo informar os habitantes de Ponte da Barca para que estes, conscientemente, possam escolher o seu próprio caminho.

Em 31/12/2003 estavam identificados 510 diabéticos correspondendo a cerca de 4% da população, estimando-se que ainda haja cerca de 130 potenciais diabéticos por identificar.

Se calcularmos 15% da população do concelho com hipertensão arterial estamos a falar de cerca de 1950 pessoas. O Centro de Saúde tem identificados cerca de 1500 utentes com esta patologia – valores estimados a partir do registo de hipertensão de 5 dos 8 clínicos gerais que lá trabalhavam em 31/12/2003. Dos identificados apenas cerca de dois terços estavam com a sua doença controlada pelo que existirão entre os identificados e os hipertensos não identificados 1000 pessoas deficientemente controladas.

Relativamente às dislipidemias as mais vulgares são a hipercolesteremia (colesterol elevado) e hipertrigliceridemia (triglicédeos elevados) e as do tipo misto em que o colesterol e os triglicédeos estão elevados. Está hoje largamente demonstrada a importância que estas “gorduras sanguíneas” têm, quando elevadas, na doença das artérias, a conhecida arterioesclerose que está na génese das principais doenças cardio e cerebrovasculares.

Estas três doenças fazem parte dos factores de risco modificáveis para a doença cardio e cerebrovascular, às quais podemos acrescentar os erros alimentares, o sedentarismo, o tabaco, a obesidade e o stress. Todos os factores de risco modificáveis poderão ser mais ou menos corrigidos pela

adopção de um estilo de vida saudável desde, pelo menos, a adolescência. Por estilo de vida saudável entende-se, designadamente, a abstenção de fumar, o fazer exercício físico moderado e o alimentar-se correctamente.

Em relação ao tabaco, até hoje não foi possível correlacionar o número de cigarros fumados por dia com a saúde do coração e das artérias, nem com o número de anos de fumo, pelo que a atitude mais correcta é a abstenção de fumar, sejam cigarros, charutos ou cachimbo e em qualquer etapa de vida.

O sedentarismo é um grande factor de risco para as doenças cardiovasculares. O tipo de exercício mais aconselhado é o aeróbico de que a marcha é o principal representante. Este deverá ser praticado 4 a 5 vezes por semana, cerca de 30 minutos. Além da marcha, nadar, dançar ou andar de bicicleta são também indicados. Qualquer que seja o tipo de exercício este deve ser sempre praticado de forma mais ou menos persistente evitando-se o cansaço excessivo.

O excesso de massa gorda, em especial abdominal tem sido amplamente implicado em estudos epidemiológicos no aparecimento da Hipertensão Arterial (HTA). Alguns desses estudos apontam para o facto de 60% dos hipertensos terem excesso de peso. A perda de peso condicionando uma baixa significativa da hipertensão arterial está bem evidente em vários estudos experimentais.

Investigações correlacionaram a HTA às dietas muito ricas em sal pelo que a restrição deste condimento a 5 gramas por dia é aconselhada a indivíduos geneticamente predispostos à HTA, bem como para os indivíduos já hipertensos e que tomam medicação para baixar a tensão arterial.

A existência de comportamentos aditivos associados ao álcool é uma realidade presente no concelho. O problema é tanto mais grave quanto se reflecte no facto de este não atingir apenas o indivíduo mas também toda uma estrutura familiar e relacional, originando situações de conflito mais ou menos recorrentes. Podemos considerar o álcool uma droga, não obstante ser uma droga legal e com grande simbolismo no concelho. Nesta conformidade, com

frequência se tende para a naturalização de alguns consumos que já são de dependência e que arrastam consigo outros tantos problemas – violência doméstica, exclusão social, abandono/negligência infantil, abandono escolar, etc. estes, normalmente, passam de geração em geração, em ciclos quase viciosos de exclusões em diversas esferas da vida – exclusão de afecto e cuidados parentais, de rendimentos que permitam viver condignamente, da escola, do mercado de trabalho, de condições habitacionais salubres. Pode ainda ser implicado com patologias digestivas graves (cirrose hepática alcoólica e má nutrição), no aumento dos triglicédeos e na hipertensão arterial, por exemplo.

Em jeito de conclusão poderemos afirmar que a mudança de atitudes e comportamentos adiará ou mesmo evitará o surgimento destas doenças pelo que se decide propor um programa de promoção de estilos de vida saudáveis à população do concelho.

A saúde é uma área que merece atenção uma vez que a vigilância médica e os cuidados a ter na ausência da mesma estão directamente relacionados com a esperança de vida e constituem o fundamento de uma vida com mais qualidade.

O concelho de Ponte da Barca tem a residir nas suas freguesias 12909 indivíduos, sendo que a estrutura de saúde que serve esta população é o Centro de Saúde. Neste encontravam-se inscritos, em 31/12/2003, cerca de 14 846 utentes, (alguns dos quais são de fora do concelho), distribuídos de acordo com a tabela seguinte:

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL
0 a 11 meses	74
1 a 4 anos	542
5 a 9 anos	734
10 a 14 anos	773
15 a 19 anos	934
20 a 24 anos	1 090
25 a 29 anos	1 133
30 a 34 anos	1 122
35 a 39 anos	979
40 a 44 anos	951
45 a 49 anos	899
50 a 54 anos	795
55 a 59 anos	807
60 a 64 anos	824
65 ou mais anos	3 189
TOTAL	14 846

Fonte: Relatório de Actividades, Sub-região de Saúde de Viana do Castelo, 2003

O Centro de Saúde organiza-se em dois sectores: ambulatório que funciona das 08 às 18 horas nos dias úteis e (SAP) Serviço de Atendimento Permanente das 08 às 22 diariamente.

Em matéria de recursos humanos contava com 8 médicos de clínica geral, 1 médico de saúde pública, 15 enfermeiros, 11 administrativos, 6 funcionários de serviços gerais, 1 motorista, 1 técnico de higiene e saúde ambiental e 1 técnico superior de serviço social.

TOXICODEPENDÊNCIAS

O Gabinete de Atendimento à Família (GAF) de Viana do Castelo sinalizou, no concelho de Ponte da Barca, 12 indivíduos com problemas de toxicoddependência e, destes, acompanha 10 em tratamentos e programas de substituição.

Características Gerais dos Utentes

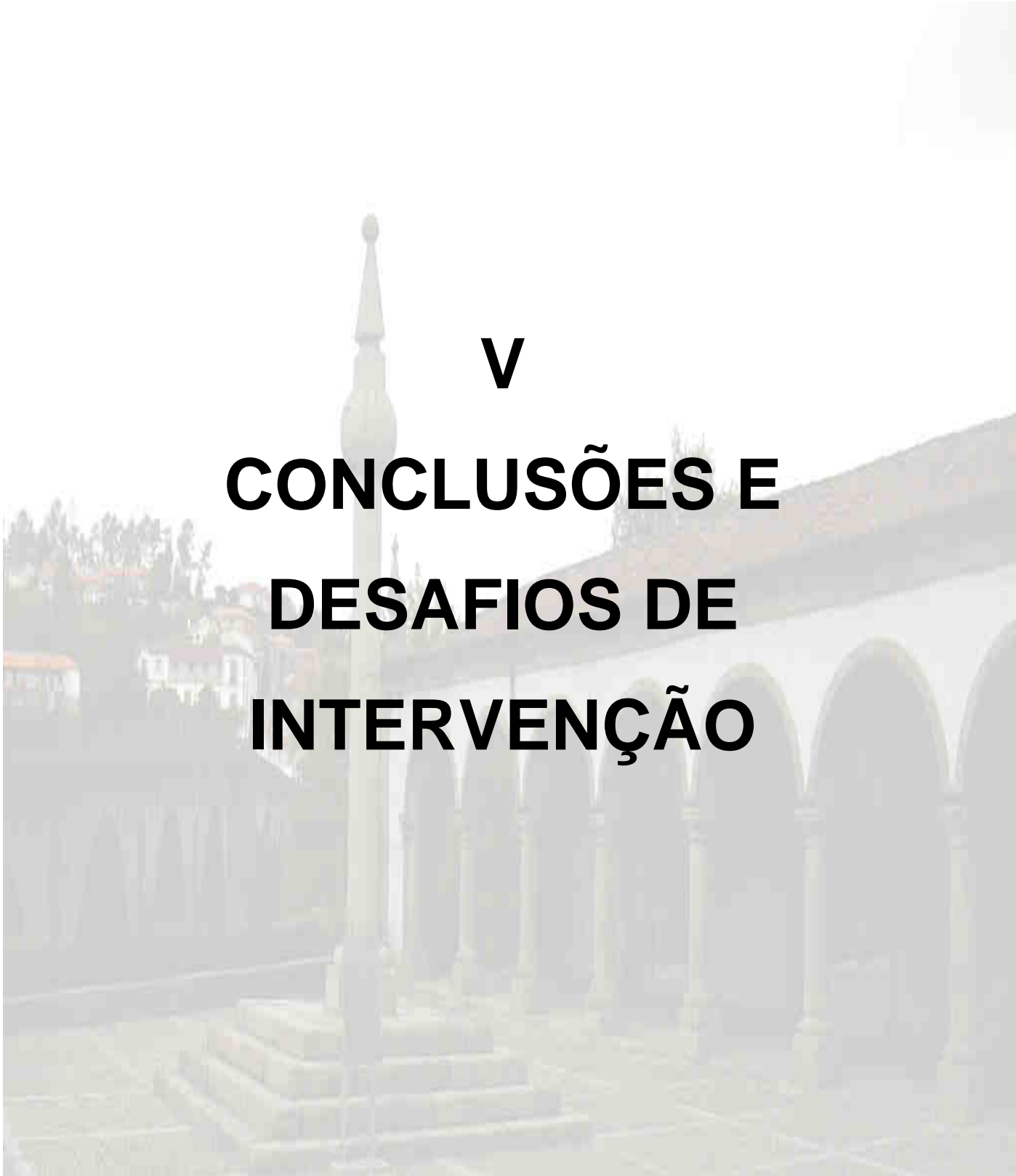
Sexo predominante	Masculino
Estado Civil	Solteiro(a)

Naturalidade	Ponte da Barca
Idades	Entre os 26 e os 40 anos
Habilitações Literárias	Ensino básico
Situação face ao emprego	Desempregados
Tipo de Habitação	Habitação social
Coabitação	Familiares
Apoios pecuniários	Rendimento Social de Inserção
Ralação com a família	Satisfatória
Tipo de dependência	Heroína Cocaína Canabinoides Álcool e Tabaco
Início dos consumos	Entre os 16 e os 20 anos - Haxixe; A partir dos 20 anos: Heroína/Cocaína.
Tipo de tratamento	CAT (Centro Acolhimento a Toxicodependentes) Ambulatório; Unidades de desabituação; Estabelecimento prisional.
Situação física e mental	HIV Hepatites Problemas psiquiátricos Pequenas deficiências motoras

Fonte: CAT, Viana do Castelo

Os cuidados de saúde à população toxicodependente são assegurados pelo CAT (Centro de Acolhimento a Toxicodependentes) de Viana do Castelo. O Centro de Saúde colabora na administração de substâncias ditas de substituição de que é exemplo a metadona.

No Hospital da Misericórdia existe um gabinete de apoio à família, criado no âmbito do projecto de prevenção primária das toxicodependências (Embarca Connosco) onde, através de um ATL, se acompanham miúdos dos 5 aos 12 anos, e se aconselham e encaminham famílias vítimas deste flagelo. Tal como nos cuidados à população alcoólica, a capacidade de resposta existente no concelho é insuficiente.



V

**CONCLUSÕES E
DESAFIOS DE
INTERVENÇÃO**

Dos indicadores inseridos neste relatório e da sua análise ressalta que o fenómeno da pobreza e da exclusão social, tanto a nível institucional como individual, é causa e consequência dos vários tipos de desigualdade social.

O presente diagnóstico demonstra que os factores que têm dificultado o desenvolvimento efectivo do concelho estão, inevitavelmente, associados às dimensões em que o mesmo se exprime, havendo factores demográficos, ambientais, económicos, sócio-culturais ligados a dinâmicas locais. Existem factores de natureza estrutural (demográficos e o isolamento geográfico de algumas zonas de montanha) e de natureza conjuntural (oportunidades oferecidas pela sociedade). Outros factores têm a ver com as capacidades e competências individuais.

A luta contra a pobreza e a exclusão social passa, nomeadamente, pela detecção das suas causas e pela implementação de medidas ajustadas de solução efectiva que contribua para a erradicação destes problemas sociais.

O fomento das dinâmicas locais surge sempre como uma mais-valia para o desenvolvimento na medida em que promove o aumento das oportunidades sociais e económicas, evitando situações de fragilidade social e de pobreza contribuindo para uma sociedade mais solidária e coesa.

É imperativo investir prioritariamente na melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos e facilitar o acesso a um emprego duradouro e de qualidade para todos os homens e mulheres em condições de trabalharem no concelho, através de percursos de acompanhamento para a integração no emprego, promovendo, simultaneamente, políticas de formação adequadas.

Impõe-se também a intervenção no combate aos factores de risco que influenciam o desenvolvimento das doenças mais expressivas do concelho, garantindo-se à população o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Este diagnóstico reflecte e descreve a situação actual e visa contribuir para o adequado planeamento das infra-estruturas ainda necessárias.

Aos actores políticos e sociais compete criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento de organizações emanadas da sociedade civil, quer através de incentivos financeiros, quer acompanhando e avaliando as actividades desenvolvidas tendo em vista a resolução dos problemas identificados.

VI

BIBLIOGRAFIA



- ☛ Câmara Municipal de Ponte da Barca, Plano Director Municipal;
- ☛ Gabinete de Administração de Saúde e Epidemiologia, Estimativas Intercensitárias 1991 – 2001;
- ☛ Instituto de Emprego e Formação Profissional,
- ☛ Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico da Região Norte – 2001;
- ☛ Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal – 2002;
- ☛ Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001 – Resultados Definitivos;
- ☛ Instituto Nacional de Estatística, Censos 1991 – Resultados Definitivos;
- ☛ Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Saúde - 2001;
- ☛ Sub-região de Saúde de Viana do Castelo, Relatório de Actividades, - 2003.

VII

ANEXOS

